



Em busca do preço justo: o projeto comércio ribeirinho como forma de autonomia e sustentabilidade no Médio Juruá (Amazonas – Brasil)

Fernanda Sousa Ferreira¹, David Franklin da Silva Guimarães^{2*} e Quilvilene Figueiredo da Cunha³

¹Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil. ²Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Sustentável do Amazonas, Rua Anastácio Cavalcante, 326, 69500-000, Carauari, Amazonas, Brasil. ³Universidade do Estado do Amazonas, Carauari, Amazonas. *Autor para correspondência. E-mail: sousa.ferreira@ufpe.br

RESUMO. A criação das Reservas Extrativistas (RESEX) é resultado da mobilização social organizada dos seringueiros que lutaram pela garantia do território. No entanto, as necessidades dessa população extrapolam a questão da terra. Temas como viabilizar o escoamento da produção para a geração de independência econômica dos extrativistas e suas famílias, o acesso aos produtos alimentícios, de limpeza e higiene pessoal, o acesso aos bens de consumo duráveis foram e continuam sendo tópicos de debate e articulação no contexto da região do Médio Juruá. Este artigo aborda apenas uma das experiências existentes no Médio Juruá, o projeto intitulado 'Comércio Ribeirinho', que partiu da ação coletiva e mobilização social para a garantia de direitos e redução de vulnerabilidades sociais. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida através do trabalho de campo realizado durante uma viagem de Comercialização do Projeto Comércio Ribeirinho conduzido pela ASPROC. O Comércio Ribeirinho apresenta-se como uma estratégia importante para a sustentabilidade econômica e a segurança alimentar na região do Médio Juruá, representando uma tecnologia social importante para romper com os sistemas tradicionais de aviação e o coronelismo da borracha que marcaram a história do Rio Juruá. Sua execução enfrenta inúmeros desafios principalmente relacionados a logística e ao próprio acesso às comunidades, mas elas são sanadas cotidianamente através das articulações entre as associações e as instituições locais. A própria proposta do projeto ressignifica a comercialização e as relações de trabalho da região, tornando-as mais fraternas, justas e solidárias com as populações locais. Para além da comercialização, o comércio ribeirinho representa na Amazônia uma experiência exitosa no que se refere à gestão territorial participativa e autonomia nas relações de trabalho e produção.

Palavras-chave: comércio ribeirinho; RESEX Médio Juruá; RDS Uacari; desenvolvimento social; Amazônia.

Looking for the right price: the riverside commerce project form of autonomy and sustainability in the Middle Juruá (Amazonas – Brazil)

ABSTRACT. The creation of the Extractive Reserves (RESEX) is the result of the organized social mobilization of the rubber tappers who fought for the guarantee of the territory, however the question of land was not the only need of this population, issues such as the flow of production for the generation of independence economy of extractivists and their families, access to food, cleaning and personal hygiene products, durable consumer goods, were and still been topics of debate and articulation in the context of the Middle Juruá region. In this article, only one of the existing experiences in the Middle Juruá will be presented. This experience, which started from collective action and social mobilization to guarantee rights and reduce social vulnerabilities is the project entitled Riverside Trade. This is a qualitative research, developed through fieldwork carried out during a commercialization trip of the Riverside Trade Project conducted by ASPROC. The Riverside Trade presents itself as an important strategy for ensuring economic sustainability and food security in the Middle Juruá region, representing an important social technology to break with traditional aviation systems and the coronelismo of rubber that marked the history of the Juruá River. Its implementation presents numerous challenges mainly related to logistics and access to communities, but these are resolved on a daily basis through articulations between associations and local institutions. The proposal as itself gives a new meaning to commercialization and labor relations in the region, making them more fraternal, fair and solidary with the region's populations. In addition to commercialization, riverside trade represents a successful experience in the Amazon in terms of participatory territorial management and also through the autonomy in labor and production relations.

Keyword: riverside commerce; Middle Juruá RESEX; Uacari RDS; social development; Amazon.

Introdução

No contexto amazônico os seringais tinham grande imponência, pois, além de serem grandes propriedades, representavam um poder econômico, político e social (Santos, 2000). Essa influência é forjada pelo histórico da colonização dessa região para a construção dos seringais. Durante muitas décadas a Amazônia foi tida como 'espaço vazio' ou 'terra sem dono', onde se fazia necessário povoar, ocupar esses espaços para a geração de renda, processo esse que assassinou muitos modos de vida e culturas e invisibilizou a população que migrou para a área, jogando os extrativistas e suas famílias para a escravidão e para a produção para subsistência (Barbosa & Andrich, 2021).

Parte dessa realidade só começou a mudar quando os seringueiros começaram a se organizar. Cada contexto teve seu próprio caminho, o processo de organização social no Brasil se deu desde os anos 1950 com a formação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais como forma de lutar pela reforma agrária auxiliada, principalmente, pela igreja católica. Seus desdobramentos reverberaram ao longo das décadas (Allegretti, 2008). No contexto do Médio Juruá esse processo de organização se deu desde os anos 80/90, também influenciados pela igreja Católica que, através do Movimento Eclesial de Base (MEB) e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, construiu o processo de mobilização de organização social que se desdobra até os dias de hoje (Guimarães, 2022).

O trabalho desenvolvido aos longos dos anos desencadeou um processo de mobilização social, partindo da construção de identidades políticas que se formaram a partir da compreensão dos processos de opressão ao qual eram submetidos. A mobilização social parte de processos e de recursos materiais, psicossociais e políticos e desencadeiam as ações coletivas (Prado, 2002). Para isso, o processo de formação da região passou por várias etapas e se desenvolveu a partir de vários projetos que ajudaram a sanar problemáticas enfrentadas pelos seringueiros e suas famílias.

A criação das Reservas Extrativistas (RESEX) resultou de uma tentativa de reforma agrária para a população extrativista (Allegretti, 2008). Todo esse processo se deu através de muita organização e mobilização social onde os seringueiros foram os principais responsáveis pela construção desse novo modelo de gestão territorial. Mas a questão da posse da terra não era a única demanda e necessidade dessa população, questões como o escoamento da produção para a geração de independência econômica dos extrativistas e suas famílias, no contexto da região do Médio Juruá, também impactavam a região. Outra questão muito forte era o acesso aos produtos alimentícios, de limpeza e higiene pessoal do dia a dia, dada a dificuldade de acesso da população dessas localidades às zonas urbanas.

Neste artigo será apresentada apenas uma das experiências existentes no Médio Juruá. Partindo da ação coletiva e da mobilização social para a garantia de direitos e redução de vulnerabilidades sociais, foi concebido o projeto intitulado 'Comércio Ribeirinho'. A seguir será apresentada a metodologia utilizada, posteriormente uma contextualização histórica da região do Médio Juruá que culminou na criação do projeto como é desenvolvido hoje, bem como os impactos sociais e econômicos para os moradores das Unidades de Conservação da região.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que, segundo Chizzotti (2002), se constrói por meio de uma relação dinâmica entre o mundo e o sujeito, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. A pesquisa foi desenvolvida através do trabalho de campo realizado durante uma viagem de Comercialização do Projeto Comércio Ribeirinho conduzida pela Associação dos Produtores Rurais de Carauari - ASPROC, realizada durante o mês de outubro de 2022, além de pesquisa bibliográfica sobre a região do Médio Juruá.

Na ocasião foram entrevistados produtores rurais, cantineiros e técnicos ligados a ASPROC por meio de uma pergunta fundante: Qual a importância do Projeto Comércio Ribeirinho para a melhoria da qualidade de vida da população do Médio Juruá? A partir dessa questão outras surgiram no decorrer da conversa, enriquecendo a coleta de informações acerca das relações sociais e econômicas exercidas pelo projeto na região.

Assim, este trabalho caracteriza-se como um processo permanente de interação e estabelecimento de relações, entendendo que todos os saberes são situados em um tempo e espaço. Assumindo sermos responsáveis pelo olhar que lançamos, trata-se de posicionar-se e assumir que dentro do espaço da pesquisa também existem relações de poder e relações capacitistas (Haraway, 1995).

Como afirma Kilomba (2008), todas as escolhas são políticas. Assim, fazemos escolhas sobre o que será dito e sobre o que não será. Em todas as etapas da pesquisa é importante reconhecer que assumimos um

caráter ativo no processo e os resultados expressam também o momento histórico de quem realiza a pesquisa, do lugar e das pessoas envolvidas nesse processo, pois a produção do conhecimento é uma produção humana contextualizada.

Na tentativa de preservar as identidades dos participantes da pesquisa foi preferida a utilização de codinomes que foram escolhidos entre os nomes de ativistas ambientais que tem lutado pela justiça ambiental e manutenção dos modos de vida no contexto brasileiro. São eles: Artemisa Xakriabá: pertence ao povo indígena Xacriabas, é líder da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, é ativista que luta pela preservação da Amazônia. André Baniwa: nascido na Aldeia Tucumã-Rupitã do rio Içana, São Gabriel da Cachoeira – Amazonas, é ativista indígena, professor, escritor, político e liderança do povo Baniwa. Maria do Socorro: quilombola que luta contra a degradação ambiental causada pela maior refinaria de alumínio da Amazônia, no Pará. Sonia Guajajara: Ministra dos Povos Indígenas do Brasil, uma das maiores lideranças indígenas e ambientais do país, formada em Letras e em Enfermagem, especialista em Educação especial. Ailton Krenak: líder indígena, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro da etnia indígena Crenaque.

Reforma agrária dos seringueiros: as unidades de conservação do Médio Juruá

A região do Rio Juruá tem sua história marcada pela economia baseada nos ciclos de produção de borracha que trouxeram para a região muitas famílias de origem nordestina com a promessa de mudança e de melhores condições de vida (Guimarães, 2022), como conta Ailton Krenak,

Minha família tem vínculo com a extração de borracha na Amazônia há mais ou menos 105, 110 anos atrás quando eles vieram do nordeste brasileiro pra cá, vieram do município de Crato, o navio deles teve um problema jurídico em Belém, passaram 1 ano em Belém, não puderam seguir pra cá, ficaram ali na zona metropolitana tentando sobreviver de um jeito e de outro, até que a situação jurídica se resolveu e eles seguiram pra cá no ano seguinte, o meu bisavô saiu de lá recém casado e a primeira filha nasceu em Belém [...] chegaram aqui e se alojaram no seringal Manixi na época era município de Caruarari recém criado, lá meu avô nasceu, casou, depois nasceu o meu pai, casou e teve 5 ou 6 filhos lá [...] então vieram pra extrair borracha dessa época que trabalhamos com borracha até hoje.

Essa promessa de mudança não se concretizou, visto que os seringueiros tinham um trabalho análogo a escravidão, onde os coronéis da borracha, que eram os donos seringueiros, prometiam casa, ferramentas e alimentação para o seringueiro e sua família, mas a realidade que encontravam era de longas rotinas de trabalho e dívidas que nunca terminavam (Schweickardt, 2010). O padre João Derickx foi figura fundamental para o processo de autonomia na região. Ele escreveu o livro *'No coração da Amazônia: Juruá o rio que chora'* (1993), onde descreve algumas das situações em que encontrou nessa população,

[...] no rio Juruá, os seringueiros e os índios Deni e Kulina sofrem as consequências da secular escravidão imposta pelos coronéis de barranco, hoje os patrões, pseudo donos dos seringueiros. Sofrem por causa da permanente invasão de comerciantes exploradores, pesqueiros e madeireiros. Tudo com a total complacência e consentimento das autoridades locais. Um rio tão rico em peixes e quelônios, vê desaparecer a cada dia a tartaruga, e o tracajá vai no mesmo caminho. Choca, contraditoriamente, com um país que é convidado a ingressar no 'Primeiro Mundo' a escravidão sempre vergonhosa, em que está submetida praticamente toda a população deste rio (Derickx, 1993, p. 49-50, grifo nosso).

Nesse primeiro momento não havia uma compreensão da situação em que eles se encontravam, a percepção que a população tinha era que as condições em que eles viviam eram normais e até mesmo necessárias, como Ailton Krenak continua contando:

Os moradores se ajustaram naquele momento, como um modelo que precisava existir, não era legal, mas precisava existir para poder as coisas acontecerem, é necessário ter o patrão, ele manda a gente tem que obedecer [...], a gente não concordava, mas não fazia oposição e achava que aquilo era necessário existir.

Quando o Pe. João Derickx chegou na região, ele se sensibilizou muito com a situação em que a população vivia, e mais que isso, ele se indignou e iniciou uma mobilização junto ao Movimento de Educação de Base (MEB), levando educação formal e política para os seringueiros e suas famílias.

E o padre João quando foi fazer as desobriga dele, ele ficou muito preocupado com aquele sistema que ele chamava de semi escravidão branca, e ele começou a falar nas desobriga dele e nas conversa paralela que esse sistema não era legal, que nos tinha direito que precisava ser reconhecido, inclusive o direito de estudar, o governo tinha a obrigação

de oferecer escola, então ele começou a colocar um serviço de formiguinha na nossa cabeça que aquilo não tava certo, que não era legal, que era crime aquele tipo de vida, que a gente tinha a possibilidade de viver outras vidas, inclusive com mais liberdade, mas não é do jeito que vocês tão, morando um em uma praia outro na ponta de cima, vocês precisam se juntar em comunidade, se fortalecer (Ailton Krenak).

E foi o que aconteceu, o trabalho realizado pelo MEB e pelo Pe. João Derickx foi tão empoderador que a população se deu conta do quanto estava sendo explorada e de como era importante que eles se reunissem e rompessem com aquela violência, como também conta dona Maria do Socorro, que também viveu esse processo:

Eu era uma das que não perdia uma reunião, aí quando fazia reunião olha, vocês estão no cativeiro, de baixo do pé do patrão, vamo organizar a comunidade que é pra vocês terem o direito de vocês, formar a associação pra ter o direito de vocês, e aquilo ali 3, 4 queria e a maioria não queria, quando foram vendo que tava dando certo aí que foram entrando [...] aí tudo virou comunidade, todo mundo junto.

Toda essa mobilização e articulação dos moradores culminaram na criação da Reserva Extrativista do Médio Juruá, que teve seu pedido de criação protocolado em 1990, mesmo período da criação das primeiras RESEX do país, mas só conseguiu sua efetivação em 04 de março de 1997 (Guimarães et al., 2022). Atualmente, a RESEX Médio Juruá ocupa uma área de 253 hectares (Caruari, 2011) e tem como objetivo principal proteger os meios de vida e a cultura da população que reside ali, garantindo o uso sustentável dos seus recursos naturais (Unidades de Conservação do Brasil, 1997). No entanto, a RESEX não supriu a demanda presente na região, visto que ela só atendeu um lado do Rio Juruá, deixando muitas comunidades desamparadas.

Aí continuou a luta pra ampliar a RESEX pra mais esse pedaço, aí não foi possível, já começou ali a época mais difícil de criação de unidade de conservação e aí em 2005 o Eduardo Braga era governador, veio aqui e sacou que o povo tava organizado, tinha organização, tinha tudo pra ter aqui uma unidade de conservação modelo pro estado e tudo organizado, todos os levantamentos socioeconômicos feitos, tudo, um bolo pronto pra você chegar meter a faca e comer. Ele aí era opositor a gente pra criar, bora criar uma...eu não digo uma RESEX porque não é a nossa política, mas uma RDS e eu não consigo ver diferença. Aí a gente teve mais uma assembleia, porque no Médio Juruá ninguém nunca decide as coisas sozinhos, pra saber se a gente insistia com a criação da RESEX federal ou se a gente criava uma estadual e teve muito voto contra, mas foi uma maioria que decidiu em transfer...em criar uma RDS estadual, né (Ailton Krenak).

Foi então que o governo do estado, ao ver o trabalho que estava sendo desenvolvido na região, propôs que o outro lado do rio fosse transformado em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). De acordo com Schweickardt (2010) a proposta da RDS foi desenvolvida por um conjunto de estudos tanto das ciências biológicas como das humanidades. A proposta surge como resposta ao modelo conservacionista que propunha a criação de Unidades de Conservação (UC) sem seres humanos que, no período, recebia muitas críticas, e foi inserida na legislação do estado do Amazonas em 1996.

Durante o processo foi necessário superar a resistência de alguns moradores que tinham medo da possibilidade de extinção da UC, pescadores que temiam não poder exercer suas atividades e de seringalistas que se diziam donos de algumas terras que iriam compor a RDS. Para que essa resistência fosse vencida foram realizadas diversas reuniões e audiências públicas para elucidar o caráter da RDS e destacar a importância da conservação do meio ambiente e dos parâmetros legais que garantiriam as reivindicações dos moradores (Guimarães, 2022). Assim, a RDS Uacari foi criada em 2005, na margem direita do rio Juruá, no município de Caruari.

Para os moradores do Médio Juruá não há distinção entre RESEX e RDS. Claro que elas existem em termos burocráticos e técnicos, mas quando se pensa em organização, projetos e nas ações propostas pelas associações, todas as comunidades de ambos os lados são incluídas. As parcerias entre as associações são o que fazem o trabalho acontecer. Sem essa compreensão do papel social e coletivo muitos projetos não prosperariam. Atualmente, enquanto navegamos nos meandros do Rio Juruá são, apenas, as placas de identificação das comunidades que nos lembram dessa diferença.

Hoje podemos dizer que Caruari possui duas unidades de conservação dentro do seu território: a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari e Reserva Extrativista do Médio Juruá, além do Projeto de Assentamento Riozinho e do território Indígena do Rio Biá, pertencente ao povo Deni, que ainda compõem o território na Floresta Nacional de Tefé. Na Figura 1 apresentamos o mapa do município com as divisões de territórios.

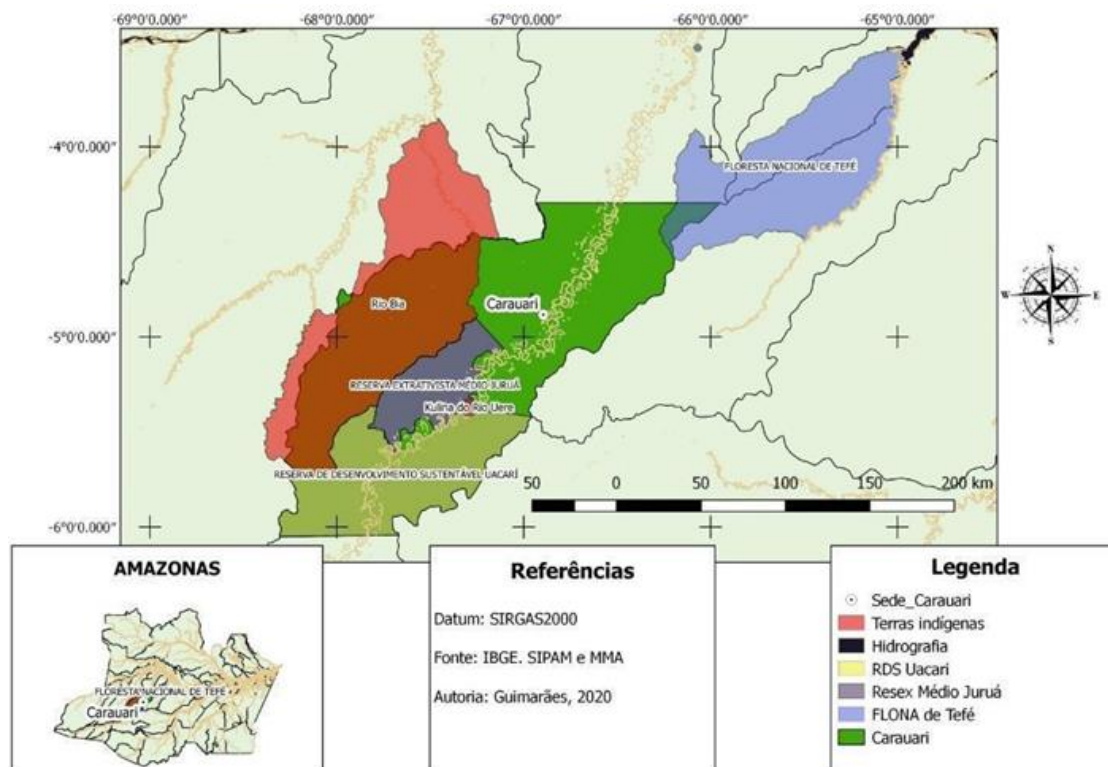


Figura 1. Mapa do município de Carauari (Guimarães et al., 2022, p. 26).

A ASPROC e a organização social local

A Associação de Produtores Rurais de Carauari (ASPROC) foi criada um ano e meio depois do início do trabalho dos moradores do Médio Juruá junto ao MEB, em 1991. No entanto, ela foi registrada em cartório somente em 1994. Desde o seu início ela já contou com uma grande participação popular, visto que toda a sua diretoria era composta por moradores (Schweickardt, 2010). A partir da criação da ASPROC foi possível viabilizar as demandas mais urgentes dos moradores. A principal demanda era a libertação dos domínios dos patrões que, até aquele momento, eram os únicos que compravam a produção de seringa e ainda eram os únicos fornecedores de alimentos para as famílias, o que deixava muitas pessoas passando dificuldade para suprir suas necessidades básicas (Guimarães, 2022).

[...] você vivia no cativado porque você vivia debaixo do pé do patrão, você não podia tirar 1kg de borracha pra vender fora pra comprar 1 kg de açúcar se não tivesse no barracão, porque já mandava tirar as tigelas da estrada, levantava o seringueiro [...] só com a associação da gente pra melhorar a situação (Maria do Socorro).

No início, a principal atividade da ASPROC era escoar a produção que não era comprada pelo barracão e comprar alimentos, como conta dona Maria do Socorro:

[...] vendia banana, não tinha nem farinha pra vender, aí a gente criou isso aí, vendia banana, naquela época vendia a banana chegava aqui aí comprava a viação todinha, aí quando chegava dividia o valor daquele rancho, daquele pouquinho, aí foi aumentando aí passou pra farinha, aí foi crescendo, foi crescendo.

Claro que os patrões, ao ver a articulação da população, buscaram formas para atrapalhar os seringueiros. A primeira ação foi de suspendê-los por um mês. Essa suspensão significava o impedimento dos seringueiros em fazer a extração da borracha, eram retiradas as vasilhas da estrada onde os seringueiros trabalhavam e, assim, eles ficavam impedidos de fazer a coleta (Guimarães, 2022), como explica Ailton Krenak:

Então, aí ficou todo mundo, eles fizeram assim um negócio meio geral, principalmente as lideranças, todas as lideranças recebeu a suspensão, o que era a suspensão? 'Fulano tá suspenso', patrão dizia: 'Oh, você vai ficar trinta dias sem poder ir cortar seringa' e mesmo o patrão tando duas, três horas da sua colocação, quer dizer, não tinha ninguém lhe vigiando, mas ninguém desobedecia. Agora imagine se sua única fonte de renda era a borracha, você trabalhava todo dia e ainda era muito pobre, eu tinha duas moças, eu tinha duas moças, imagine se eu ficasse trinta dias sem produzir, porque minhas criança precisava comer, então esse golpe foi difícil, e nós fizemos uma assembleia pra olha... que muita gente, mas muita mesmo quis desistir da luta nessa hora.

Essa suspensão aumentou ainda mais vulnerabilidade em que os seringueiros se encontravam, visto que não conseguiam produzir alimentos suficientes para alimentar a família, nem tinham como fazer as trocas nos barracões. Foi então que eles perceberam que, além de garantir a subsistência, era necessário garantir também a terra para que pudessem trabalhar (Guimarães, 2022). Diante disso, a ASPROC se tornou a principal mediadora tanto das lutas pelo território como da própria luta pela sobrevivência que dura até os dias atuais. Uma das estratégias encontradas foi criar um comércio justo que levasse dignidade e segurança alimentar e produtiva aos moradores da região, sistematizado por meio da criação do 'Comércio Ribeirinho'.

O Comércio Ribeirinho

[...] hoje a gente tem tudo no polo, tem a alimentação toda, da gasolina e do gás que não falta pra gente, aí melhorou a situação (Maria do Socorro).

Tivemos a oportunidade de passar 16 dias na balsa da ASPROC acompanhando o abastecimento dos chamados polos de comercialização/cantinas pertencentes ao Projeto Comércio Ribeirinho, gerido pela ASPROC, bem como a coleta de produção de farinha de mandioca e borracha. Essa viagem é realizada pelo menos 4 vezes ao ano, podendo ser haver mais viagens de acordo com a necessidade. Cada viagem pode durar de 12 a 17 dias, a sua duração varia de acordo com as condições climáticas e com os períodos de seca e cheia do rio.

Como apresentado no tópico anterior, além da questão da garantia da terra os moradores do Médio Juruá tinham outra preocupação, a garantia da dignidade e do acesso principalmente à alimentação de qualidade que assegurasse a saúde, o bem-estar e a nutrição. A primeira tentativa de garantir o acesso à alimentação foi através do chamado 'modelo de regatão', esse modelo já existia na Amazônia e teve sua parcela de responsabilidade no desenvolvimento da região, visto que para algumas localidades essa era a única forma de ter acesso à compra de alimentos (Mcgrath, 2009). Entretanto, frequentemente, tinha preços abusivos.

Os regatões eram pequenas embarcações que levavam itens essenciais para a população. A forma de pagamento dos produtos era preferencialmente em dinheiro, mas eles também faziam trocas por mercadoria como farinha, frutas e, em alguns casos, borracha, que posteriormente eram revendidas na cidade (Marangoni, Martins, Viana, & Bezerra, 2018). Inspirados pelo modelo, os sócios doaram a madeira para a construção do primeiro barco, que era pequeno e não tinha espaço para muita mercadoria mas, de qualquer forma, não poderiam comprar muito visto que eles não tinham capital de giro. A viagem começava na última comunidade e na medida em que desciam, o rio as mercadorias acabavam, o que causava muitos conflitos (Guimarães, 2022), como relata Sonia Guajajara,

[...] a minha mãe conta lá no Mandioca a dificuldade que era pra comprar as coisas, até quando a ASPROC tentou um sistema de comercialização por barco era muito difícil, ficava tipo de 2 meses faltando as coisas, às vezes quando o barco chegava lá não tinha mais mercadoria, o regatão era um preço absurdo, só ouvindo história de como era antes a gente vai tendo consciência do quanto melhorou por isso.

Esse modelo acabou se mostrando ineficiente para a realidade do Médio Juruá, visto que era comum que muitas comunidades ficassem desabastecidas e não conseguissem a autossuficiência pretendida pelo projeto. Então, após muitas discussões entre os associados, foi experimentado outro modelo que foi inicialmente implementado em 2009 na comunidade do São Raimundo, em um terreno que foi cedido e uma pequena estrutura foi construída para abrigar o entreposto de comercialização, chamada 'Cantina'. Também foram realizadas reuniões com os comunitários para estabelecer regras e quem poderia trabalhar nesse lugar.

O sistema das cantinas funciona como um pequeno mercadinho de bairro, mas com uma grande diversidade de itens, desde pregos, botas, arroz, feijão, redes, gás de cozinha, e vários outros. Os itens vendidos na cantina são fruto de negociações entre os pedidos dos comunitários e a disponibilidade da ASPROC, como informa uma cantineira do São Raimundo, Sonia Guajajara:

[...] os itens que têm na cantina, foi feito uma pesquisa com os associados, a ASPROC fez um levantamento sobre quais itens eles consideravam de necessidade que deveria ter na cantina e que não deveria faltar, aí eles listaram, começou com uns 100 itens, hoje tá com uns 250 itens.

Na viagem que acompanhamos estavam sendo inseridos na Cantina medicamentos básicos como anti-inflamatórios, analgésicos e antigripais. Essa inclusão veio da falta de abastecimento nos equipamentos de saúde das comunidades, além de demandas observadas no dia a dia de quem trabalha nas cantinas. A inclusão ou mudança de itens é aspecto sempre comentado pelos associados e moradores das comunidades, como aponta o coordenador do projeto, André Baniwa:

Nessas viagens de comercialização a gente vai ouvindo os cantineiros e os associados, as vezes eles reclamam de marcas que querem trocar, por exemplo bolacha, nessa viagem incluímos o sabão OMO líquido que era um pedido delas a muito tempo, então a gente sempre precisa de atenção pra isso, não é só comprar o item, como a bolacha, que bolacha é, é recheada, é de morango? chocolate? é água e sal? precisa garantir a diversidade de produtos pra atender a demanda dos associados, até porque ele não vai ter a opção de comprar em outro lugar, então temos que oferecer algo bom, algo que eu mesmo comeria ou usaria em casa.

Alguns produtos obedecem a sazonalidade dos períodos de cheia e seca, como é o caso das linhas de nylon, anzol de peixe, botas sete léguas, enxada, repelente, entre outros, questão essa que é sempre vista com atenção pela coordenação do projeto.

Atualmente são 13 cantinas distribuídas nas comunidades consideradas polos, sendo elas: Novo Horizonte, Nova Esperança, Roque, Bom Jesus, Bauana, São Raimundo, Vila Ramalho, Santo Antônio do Brito, Tabuleiro, São Francisco, Toari, Xibauzinho, distribuídas conforme a Figura 2 que evidencia a distribuição geográfica das cantinas. O deslocamento entre a sede de Carauari e a primeira cantina localizada na comunidade Novo Horizonte leva cerca de 10h.

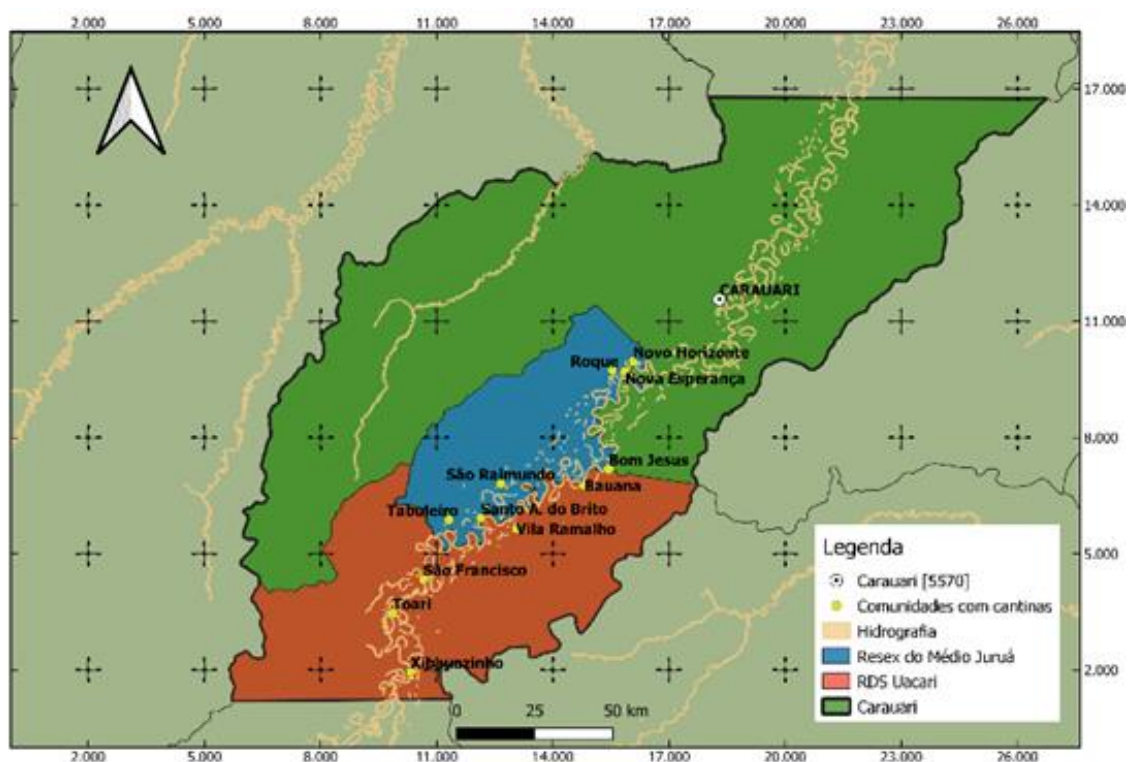


Figura 2. Mapa com a localização das Cantinas (Elaborado pelos autores).

A estrutura dessas cantinas segue um padrão estabelecido pela ASPROC que foi definido junto com os associados, como a cor da associação, identificação e estrutura que deve ter espaço para as mercadorias, gás de cozinha, estoque para a produção. No entanto, a forma de organização e a disposição dos itens acontecem de acordo com cada lugar e principalmente com cada responsável pela cantina, como é possível observar nas Figuras 3A e B, e 4A e B.

Além disso, na arquitetura dos prédios da cantina é respeitada a realidade do lugar. Nas comunidades de terra firme elas são construídas de alvenaria, enquanto nas comunidades de várzea se dá preferência ao uso de estrutura de madeira para evitar futuras perdas. Na comunidade de Santo Antônio do Brito, por exemplo, foi construída recentemente a segunda cantina visto que a primeira ficou alagada na última cheia, sofrendo perda de produtos por não ter onde estocar e causando o comprometimento de sua estrutura. Por isso, a comunidade precisou se reunir e construir uma nova base para a cantina.

Como já apontamos, além do comércio realizado em dinheiro também é possível realizar trocas de mercadoria, como explica Sonia Guajajara: “[...] pode ser com dinheiro, mas se não tiver eles compram com farinha e borracha, por exemplo, ele leva a borracha, a gente pesa junto com ele, diz o valor que deu aí eles compram aquele valor em mercadoria [...]”, o coordenador do Comércio Ribeirinho complementa:

O fluxo das cantinas muda bastante, em algumas cantinas as compras são feitas mais com dinheiro, mais pra cima temos bastante produção de farinha e borracha, além disso, algumas comunidades também trocam com pirarucu salgado, paneiros e vassoura que a gente já distribui nas outras cantinas que não tem esses produtos, então é um sistema que também se alimenta.

Os processos protagonizados pelo projeto Comércio Ribeirinho na região coadunam-se como instrumentos da economia solidária ao possibilitarem a comercialização dos produtos oriundos da agricultura e do extrativismo da floresta de forma justa e concederam a monetização para a troca por gêneros alimentícios e insumos importantes para as famílias ribeirinhas da região. Essa nova conjuntura rompe com o sistema capitalista selvagem exercido pelos 'barões da borracha' na região ao longo de anos (Guimarães et al., 2022), dando lugar a relações econômicas solidárias e exercidas pela própria organização representativa desses produtores rurais, gerando inúmeros impactos sociais na região.



Figura 3. A. Interior da Cantina Nova Esperança; B. Interior da Cantina Xibauzinho (Acervo dos autores).



Figura 4. A. Cantina antiga do Sto. Antônio do Brito; B. Cantina nova do Sto. Antônio do Brito (Acervo dos autores).

Impacto social do Comércio Ribeirinho

Em um primeiro momento, para nós, que não estamos inseridos no contexto, é fácil pensar que a estrutura das cantinas seria uma continuidade dos barracões ou dos regatões. Contudo, após semanas ouvindo quem usufrui e se beneficia do projeto, é possível afirmar que o Comércio Ribeirinho é um dos melhores projetos já

inseridos no contexto amazônico e que sua importância é inigualável, como destaca Sonia Guajajara quando questionada sobre qual a importância do projeto pra ela:

As coisas principais que a gente precisa no dia a dia em casa, e tu ter como comprar na tua comunidade a 2 minutos de distância a pé é muito bom. Porque se faltar algo na tua casa e não tivesse a cantina, teria que ir lá em Carauari comprar, uma viagem hoje pra ir e voltar Carauari é uns 600 reais, digamos que esse valor de despesa a pessoa usaria para fazer um rancho, ele comprando na cantina com esses mesmos 600 ele aumentou a capacidade de compra, em vez de gastar dinheiro com a viagem ele compra aqui, é uma economia do tempo e aumenta o poder de compra da pessoa, sem contar o sacrifício que é uma viagem de canoa daqui pra Carauari no meio do sol.

Ter acesso aos bens de consumo e alimentos sempre foi uma bandeira de luta dos associados da ASPROC. Desse modo, ter uma cantina em sua comunidade é como ter uma mercearia na rua de casa, ela possibilita o acesso que não é possível ter quando pensamos em comunidades ribeirinhas na Amazônia, principalmente quando pensamos na distância geográfica da região, onde a primeira comunidade está a cerca de 10 horas de viagem de barco, e a mais distante fica a cerca de 36 horas. Somando os gastos de tempo e insumos, o valor da cesta básica torna-se inviável para essa população.

E como o ribeirinho consegue dinheiro no Médio Juruá? Através da venda da produção de Farinha e de Borracha. E como esse ribeirinho, que tem em média 3 sacas de farinha de 50kg e 10 pranchas de borracha¹, poderá vender a sua produção em Carauari a um preço justo? Além disso, como ele poderá transportar esses volumes até o comprador? A seguir, as Figuras 5A e B retratam a organização transporte dos produtos para serem entregues a ASPROC para posterior comercialização.



Figura 5. A. Pranchas de borracha organizadas para pesagem; B. Sacas de farinha sendo levadas para a balsa (Acervo dos autores).

É na busca por esse comércio justo que o projeto fundamenta a comercialização dos produtos e a compra dessa produção. Nas cantinas acontece a pesagem tanto da farinha como da borracha, o valor do quilograma fica estabelecido de acordo com o valor de mercado acessado pela ASPROC para essa comercialização e, de acordo com peso, é definido o valor a ser pago. Esse pagamento pode ser feito em dinheiro, que é dado no ato da compra, ou através de crédito para realizar as compras na própria cantina, como informa uma das cantineiras “[...] a gente pesa junto com ele, diz o valor que deu aí eles, na maioria das vezes, compram aquele valor em mercadoria”.

Além disso, também é possível realizar encomendas de outros produtos que não sejam vendidos na cantina, como material de construção, celulares, máquinas de bater açaí, freezer, entre vários outros, como André Baniwa destaca:

Nós temos os acordos, o associado dá pelo menos 50% do pagamento quando vai encomendar algo, pode ser com produção ou dinheiro, mas a grande maioria paga com produção, em uma forma de investimento pra eles, por exemplo, quero reformar minha casa, vou precisar tirar tantos quilos de borracha, isso ele teria muita perda se ainda fosse negociar o preço e escoar a produção, o Comércio Ribeirinho é esse facilitador.

Essa facilitação da compra permite que os associados tenham acesso aos mesmos bens de consumo que os residentes das cidades têm, sem ter gastos extras com deslocamento, frete e outros. Ter acesso a bens e

¹ Produto da coagulação do látex da seringueira e sua prensagem, resultando na forma de comercialização da borracha exigida pelos mercados acessados pela ASPROC.

serviços é indispensável para se ter uma vida digna, sendo garantido na Constituição Federal e em acordos internacionais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2016). No Brasil, os moradores das comunidades rurais enfrentaram a ausência dos bens de consumo duráveis, “[...] os acessos das famílias rurais a bens duráveis seguem uma hierarquização de consumo, ou seja, os maiores acessos dos domicílios rurais estão ligados a itens mais essenciais, como fogão, geladeira, televisão e telefone móvel” (Nascimento, Mesquita, & Lima, 2022, p. 13).

Esse acesso é algo recente, a realidade falava da privação do consumo por parte dessa população. Essa realidade só começou a mudar a partir de programas de incentivo e de transferência de renda, como Programa Bolsa Família (Batista, 2018), e programas de incentivo à produção rural (Grisa & Schneider, 2015). No entanto, o que se percebe é que grande parte dessas políticas governamentais são construídas para a realidade urbana e apenas posteriormente são adaptadas para a realidade rural (Nascimento et al., 2022), cujas especificidades são muito particulares, principalmente quando passamos para a realidade continental da Amazônia, o que sugere a necessidade de políticas próprias para as especificidades de cada microrregião.

Dessa forma, o comércio ribeirinho é considerado um regatão social por parte dos produtores rurais de Caruaru ao garantir acesso a bens de consumo de forma justa e a permitir a comercialização da produção da região. Essa estratégia foi reconhecida em 2012 com o Prêmio Objetivos do Milênio da Presidência da República pela sua contribuição na redução da fome e da miséria na região.

Adicionalmente, outro aspecto positivo digno de ênfase é a criação de impactos benéficos quando se trata da geração de renda e oportunidades para os membros da comunidade. Esses indivíduos assumem um papel protagonista no projeto, sendo selecionados para receber treinamento e atuar como responsáveis pelo centro de comercialização. Isso não apenas amplia o engajamento social dos colaboradores, mas também ressalta a significância do papel desempenhado pelo encarregado da cantina, conhecido como ‘cantineiro’ ou ‘cantineira’.

As cantineiras

Cantineiro ou cantineira é o nome dado a quem é responsável pelo polo de comercialização ou cantina. Essa pessoa desempenha atividades de organização e conferência dos produtos, limpeza do polo (a cantina e seus arredores), recepção, compra e organização da produção com os associados (borracha, farinha e o que houver), prestação de contas junto a coordenação do projeto (mensal, semestral, e balanço anual), atendimento aos associados, controle de estoque da produção e das mercadorias, elaboração de documentos de prestação de contas, entre outras atividades. O salário gira em torno de R\$ 800,00 a R\$ 1.600,00, (valor que é dividido quanto tem 2 cantineiros), definido com a comunidade, assim como a carga horária de trabalho. A cantina pode ficar aberta por apenas 3 dias na semana, todos os dias, como é o caso da comunidade de Novo Horizonte, ou abrir de acordo com a demanda, como é o caso da Comunidade do Bauana. Nessa comunidade pude conversar com esposa do cantineiro, que também faz o trabalho de atendimento e organização da cantina. Ela afirma que as pessoas sempre os procuram quando precisam de algo da cantina, por isso ela acaba mantendo a cantina aberta todos os dias, com exceção do sábado: nesse dia não há venda de nenhuma espécie, pois ambos são adventistas.

Atualmente o projeto conta com cerca de 18 cantineiras/os, sendo desse total 6 mulheres e 12 homens. Algumas cantinas contam com 2 pessoas para desenvolver a atividade. O que pudemos observar é que em todas as cantinas há o envolvimento da família do cantineiro, principalmente quando acontece a chegada da mercadoria, todo o apoio é bem-vindo para realizar a limpeza e a organização e para já iniciar também a venda. Em muitas comunidades esse processo ocorre de forma tão rápida que antes mesmo da saída da balsa alguns produtos já estão em falta.

Para as mulheres, trabalhar na cantina é muito importante, principalmente para a sua independência financeira, como Sonia Guajajara destaca:

Quem trabalhava antes na cantina era a minha irmã, aí a minha irmã casou, aí tinha que ir alguém, as pessoas queriam que eu fosse, eu nem tava tanto afim de ir, na época eu usava aparelho aí eu precisava fazer a manutenção, era 120, toda vez eu ficava esperando o papai me dar dinheiro pra mim fazer e essas coisas assim sempre me incomodou, aí eu disse ‘tá, eu vou entrar na associação pra mim pelo menos bancar o aparelho que eu uso’, aí eu entrei pra não ficar precisando do dinheiro do papai, nunca achei isso legal, foi com 18 anos aí eu tive meu filho aí eu não pude mais sair porque eu tinha que sustentar meu filho, aí eu tô até hoje, eu faço os trabalhos pela associação [Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá - ASMAM]], mas eu ainda tô na cantina.

Essa questão também foi colocada pela mãe de Artemisa Xakriabá: “É muito bom ela trabalhar lá, antes ela ia pra roça comigo, mas era muito sofrido pra pouco que a gente ganha, lá ela tem o dinheirinho dela e ajuda nas outras coisas da casa, por mim ela sempre vai trabalhar lá, muito melhor”. Desenvolver essa função acaba sendo uma oportunidade para aprender outras habilidades e competências, visto que nessa região, assim como em muitas localidades da Amazônia profunda, as mulheres, além do trabalho doméstico, também costumam ser as responsáveis pelo roçado para a produção de farinha, participam das atividades no manejo sustentável de pirarucu e da produção de oleaginosas, entre outras atividades (Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá [ASMAMJ], 2022).

A participação das mulheres nas iniciativas de geração de renda tem um impacto direto sobre as famílias e as comunidades em que estão inseridas, como ressaltado por Freitas (2019). No contexto do manejo de Pirarucu na região, a participação das mulheres resultou em um notável aumento de 76% na renda familiar em comparação com as mulheres da mesma localidade que não se envolveram na atividade. Mesmo considerando que a participação delas ocorre de maneira ocasional e específica, esse aumento representa uma melhoria concreta no poder de compra e nas oportunidades disponíveis para essas mulheres.

Essa aproximação com o projeto como canteiras também possibilita que as mulheres mais jovens desenvolvam maior consciência sobre a importância do projeto e sobre a necessidade de construção de maiores oportunidades, como relatam duas canteiras sobre o que sentiram quando o projeto chegou em sua comunidade,

Eu lembro bem, eu não tinha noção da importância que é naquela época, eu nem, pra mim era só uma novidade que tava chegando na comunidade [...] mudou quando eu fui participando das reuniões da diretoria, participando das assembleias e depois a gente vai criando consciência da importância (Sonia Guajajara).

Pra mim é muito importante, só que a gente só percebe quando tá dentro vendo o trabalho que é, aí a gente vê que não é só aqui na comunidade, todas as cantinas são importantes, a coordenação do projeto ajuda muito a gente a fazer tudo certo e a cantina continuar aqui (Artemisa Xakriabá).

A inclusão das mulheres na execução do projeto, assim como a inclusão de pessoas jovens, contribui para a continuidade de projeto e o seu desenvolvimento e aprimoramento a longo prazo, considerando sempre que as pessoas beneficiadas são os próprios moradores que apresentam uma diversidade de necessidades. Por outro lado, ainda se percebe que essa participação tem potencial para ser ampliada, visto que a participação das mulheres em funções de tomadas de decisão pode ser fundamental para lançar um olhar sobre as prioridades e as necessidades locais.

Considerações finais

As relações de comercialização sempre foram centrais da região do Médio Juruá, onde o processo de ocupação da região foi regido pelo seringalismo por meio de um sistema de relação de trabalho semelhante à escravidão. Logo, os nordestinos, os indígenas e seus descendentes foram vítimas de um processo de exploração de sua mão de obra e de seus meios de produção, tornando-se escravizados na floresta amazônica.

A organização social foi crucial para garantir o direito ao território, entretanto outras lutas e processos foram necessários para efetivar outros direitos, como a garantia de comercialização justa e a segurança alimentar, mas sempre tendo a entidade de representação das populações do Médio Juruá, a ASPROC, como precursora da garantia de direitos para as comunidades às margens do Rio Juruá.

O Comércio Ribeirinho apresenta-se como uma estratégia importante para a garantia da sustentabilidade econômica e segurança alimentar na região do Médio Juruá, representando uma tecnologia social importante para romper com sistemas tradicionais de aviação e do coronelismo da borracha que marcaram a história do Rio Juruá. A própria proposta do projeto ressignifica a comercialização e as relações de trabalho da região, tornando-as mais fraternas, justas e solidárias com as populações da região.

As cantinas não representam apenas espaços de comercialização. Elas são, sobretudo, espaços de justiça social de uma relação de produção e de venda, onde os produtores são os próprios comerciantes por meio de sua organização, a ASPROC, e de seus representantes. Desde a diretoria da associação até os canteiros e as canteiras e sua forma de trabalho, todas as etapas são resultado das escolhas dos comunitários. Dessa forma, as cantinas representam a centralidade das comunidades nas suas relações produtivas e de representação, garantindo espaços justos de comercialização e participação de seus associados em sua gestão.

Para além da comercialização, o Comércio Ribeirinho representa, na Amazônia, uma experiência exitosa no que se refere à gestão territorial participativa e autonomia das relações de trabalho e produção. Logo, a

criação das unidades de conservação promoveram o direito ao território, e a efetivação do projeto Comércio Ribeirinho promoveu o domínio dos meios de produção na região.

Agradecimentos

Agradecemos à ASPROC que, de forma direta e indireta, colaborou com o desenvolvimento desse trabalho. A todas as mulheres e homens que se dispuseram a colaborar com a pesquisa de forma gratuita e afetuosa, que a cada dia buscam formas de enfrentar os desafios produzidos por décadas de violência e desigualdades, em especial a Robson Cunha que, além da viagem e da companhia ao logo do Juruá, cedeu seu tempo, suas histórias, sua casa, o convívio com família e suas experiências de vida, que nunca conseguiremos traduzir em palavras. A todos os cantineiros e cantineiras com quem pudemos conversar e entrar por um breve momento em suas realidades, aos amigos que nos abraçaram ao longo desse caminho, a Dila que cuidou de todos com todo o carinho e com quem pudemos aprender e entender o que é ser uma mulher que vive no rio e que ama o que faz. Por fim, agradecemos à Vivian Matias que, ao seu modo esteve presente no decorrer desse trabalho, e a FAPEAM pelo financiamento da pesquisa.

Referências

- Allegretti, M. A. (2008). Construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 1(18), 39-59.
- Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá [ASMAMJ]. (2022). *Gênero e juventude nas cadeias de valor do médio Juruá* (Relatório Técnico). Manaus, AM: Instituto Juruá; ASMAMJ.
- Barbosa, A G., & Andrich, G. (2021). Agroecologia, soberania alimentar e mulheres amazônica. *Cadernos de Agroecologia*, 16(1), 1-11.
- Batista, E. (2018). Pobreza rural e políticas sociais nas sociedades contemporâneas: uma experiência no Brasil. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 1(14), 109-134.
- Chizzotti, A. (2002). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo, SP: Cortez.
- Derickx, J. (1993). *No coração da Amazônia: Juruá o rio que chora*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Santos, F. S. D. (2000). Ainda a 'cultura do barracão' nos seringais da Amazônia. *História Oral*, 3(1), 69-89. DOI: <https://doi.org/10.51880/ho.v3i0.23>
- Freitas, C. T. (2019). *O que o manejo do pirarucu pode nos ensinar: aspectos ecológicos, sociais e culturais aplicáveis a múltiplos sistemas socioecológicos* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- Grisa, C., & Scheneider, S. (2015). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS.
- Guimarães, D. F. S. (2022). *O clima ritma a vida: o território do médio rio Juruá, a mudança climática e os sistemas socioecológicos ribeirinhos* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.
- Guimarães, D. F. S., Cunha, M. R. F., Schor, T., Vasconcelos, M. A., Vidal, T. C. S., & Cunha, M. S. (2022). A produção do espaço e das relações socioambientais no Médio Juruá: a construção de uma outra governança. *Research, Society and Development*, 11(7), e22511729780
- Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 1(5), 7-41.
- Caruari. (2011). *Plano de manejo participativo da reserva extrativista do médio Juruá-AM*. Caruari, AM: ICMBio; Ministério do Meio Ambiente.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2016). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE. Recuperado de: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>
- Kilomba, G. (2008). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro, RJ: Cobogó.
- Marangoni, V., Martins, A., Viana, R., & Bezerra, A. (2018). Um anti (herói) amazônico: a resistência dos regatões nos rios do Amazonas. *Amazon Business Research*, 2(1), 1-21
- Mcgrath, D. (2009). Parceiros no crime: o regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. *Novos Cadernos NAEA*, 2(2), 57-72. DOI: <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v2i2.109>

- Nascimento, C. A., Mesquita, D. F. S., & Lima, P. V. P. S. (2022). Renda e acesso a bens de consumo nos domicílios rurais: uma análise a partir das atividades pluriativas e não agropecuárias. *Desenvolvimento em Questão*, 20(58), e12831. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2022.58.12831>
- Prado, M. A. M. (2002). Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, 8(11), 59-71
- Schweickardt, K. H. S. C. (2010). *As diferentes faces do estado na Amazônia: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá*. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ.
- Unidades de Conservação do Brasil. (1997). *Reserva extrativista do médio Juruá*. Recuperado de <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/1151>